



**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ELIANE BEZERRA VICTOR

**DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE MELHORIA
NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA**

CAMPINA GRANDE- PB

2011

ELIANE BEZERRA VICTOR

**DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE MELHORIA
NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação-CEDUC da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como pré-requisito para a obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Prof^ª. Ms. Teresa Cristina Vasconcelos.

CAMPINA GRANDE- PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

V642d

Victor, Eliane Bezerra.

Dificuldades e possibilidades de melhoria na relação família- escola [manuscrito]. / Eliane Bezerra Victor. – 2011. 39 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profª. Ma. Teresa Cristina Vasconcelos, Departamento de Educação”.

1. Gestão escolar. 2. Família - Escola. 3. Vida escolar.
I. Título.

21. CDD 371.200

ELIANE BEZERRA VICTOR

**DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE MELHORIA
NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA**

Aprovado em 24 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Teresa Cristina Vasconcelos

Prof^ª. Ms. Teresa Cristina Vasconcelos
(ORIENTADORA – UEPB)

Glória Maria Leitão de Sousa Melo

Prof^ª. Ms. Glória Maria Leitão de Sousa Melo
(EXAMINADORA – UEPB)

Marinalva da Silva Mota

Prof^ª. Ms. Marinalva da Silva Mota
(EXAMINADORA – UEPB)

A Deus, minha fortaleza, aos meus queridos pais Agostinho e Maria da Dôres, a meu esposo Reginaldo, à minha amada filha Joana Allícia, a meus irmãos Francisco Ronaldo (Chiquinho), Mônica, Christianne, meus sobrinhos Clara, Júnior, João Augusto e Maria Letícia, aos meus cunhados, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de grande realização em minha vida, solenemente e com imensa sublimidade agradeço ao **Deus da vida**, que é o “caminho, a verdade e a vida”, por todas as maravilhas concedidas.

Em decorrência desse amor, ao sustentáculo da minha existência, todo carinho especial aos **meus familiares** que estiveram sempre comigo incentivando e apoiando em todas as decisões.

Agradeço à **Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**, em especial à **Orientadora Mestra Teresa Cristina** que se configurou o norte dessa realização, uma vez que colocou à minha disposição seu amplo leque de conhecimentos, possibilitando a concretização desse trabalho.

Enfim, agradeço a todos que em algum momento de suas vidas contribuíram para concretização desse desejo.

Sintam-se todos abraçados e agradecidos por tudo!

RESUMO

Este trabalho tem como tema a relação família-escola, referência de discussão de profissionais da área de educação, sendo os problemas existentes compreendidos como entraves nessa relação. Definiu-se como objetivo geral desse trabalho: analisar o que dificulta a relação entre a escola e a família dos alunos. E como objetivos específicos: identificar as dificuldades apresentadas pela família e pela escola no estabelecimento de sua relação; detectar o que família e escola entendem como atribuição da família na sua relação com a escola; verificar as ações promovidas pela escola para estabelecer e manter uma efetiva relação com as famílias de seus alunos. Trata-se de um estudo de campo, com procedimento metodológico de cunho qualitativo, utilizando como instrumentos de coleta de dados observações e entrevistas. Os sujeitos da pesquisa foram os membros da gestão escolar, a professora da turma do 5º ano e os pais e/ou responsáveis desses alunos, inseridos no contexto de uma escola pública da rede estadual, em Campina Grande-PB. O estudo levou-nos a concluir que, no tocante às concepções das gestoras e da professora, há omissão da família no acompanhamento de seus filhos, entretanto, houve discordância no que se refere às ações promovidas pela escola para manter uma efetiva relação. A maioria dos pais e/ou responsáveis entrevistados revelou-se satisfeita com a instituição de ensino, demonstrando confiança, muito embora, percebamos que há necessidade de um acompanhamento no ensino e aprendizagem de seus filhos. Em síntese, entendemos que a escola precisa rever os seus conceitos quanto à sua relação com a família e que a família, mesmo diante dos problemas, deve participar mais efetivamente da vida escolar de seus filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Família-Escola. Dificuldades. Possibilidades.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Idade dos pais e/ou responsáveis.....	26
TABELA 2 – Grau de parentesco dos responsáveis com os alunos	26
TABELA 3 – Grau de escolaridade dos pais e/ou responsáveis.....	27
TABELA 4 – Contexto profissional dos pais e/ou responsáveis	27
TABELA 5 – Grau de satisfação dos pais/responsáveis com a escola	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
1.1 A ABORDAGEM.....	10
1.2 CARACTERIZANDO O ESPAÇO E OS SUJEITOS.....	10
1.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	12
CAPÍTULO 2	
FAMÍLIA E ESCOLA: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES	13
2.1 FAMÍLIA: BREVE HISTÓRICO	13
2.2 A ESCOLA E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL	16
2.3 A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA	20
CAPÍTULO 3	
DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE MELHORIA NA RELAÇÃO FAMÍLIA- ESCOLA	22
3.1 O QUE DIZ A GESTÃO ESCOLAR NA SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA.....	22
3.2 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO PONTO DE VISTA DA PROFESSORA	24
3.3 O PONTO DE VISTA DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	25
3.4 SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICES	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o que gera dificuldade na relação família- escola. Despertamos para esta temática a partir da realidade vivenciada cotidianamente na instituição de ensino que serviu de campo de pesquisa. Essa realidade provocou em nós uma inquietação diante da forma como se dá essa relação, que interfere diretamente no destino dos filhos/alunos que estão inseridos nesse contexto educacional e familiar.

Nos últimos anos, a família e a escola sofreram diferentes transformações que implicaram na redefinição de papéis, mudanças de comportamento, valores e princípios. Atualmente, tais instituições se apresentam sob novos arranjos.

A relação família e escola se constitui de ações permanentes, numa convivência direta, na qual ambas assumem ou deveriam assumir a sua função, favorecendo os filhos/alunos no contexto familiar e educacional. As dificuldades existentes nessa relação decorrem do fato de família e escola, muitas vezes, deixarem de assumir as responsabilidades que lhes são atribuídas.

O nosso estudo foi realizado sob a ótica do método dialético, com uma abordagem qualitativa, tendo como campo uma escola da rede estadual de ensino e como sujeitos a gestora e a vice, a professora da turma do 5º ano e os pais ou responsáveis pelos alunos dessa turma.

Alguns autores merecem destaque no tocante à influência que exercem sobre a base teórica de nosso estudo. Dentre eles, citamos CUNHA, ZOTTI, GADOTTI, ARIÈS, REIS, os quais tratam a relação família-escola com muita propriedade, bem como os demais temas que perpassam essa relação.

Entendemos que é relevante discutir a relação família-escola, uma vez que ela interfere no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pesquisar, sistematizar e divulgar o resultado deste estudo poderá contribuir e fomentar uma reflexão por parte dos que fazem a escola e por parte das famílias dos alunos, para que possam encontrar meios para melhorar essa relação, o que se faz cada vez mais urgente e necessário.

A estrutura deste trabalho se configura em três capítulos, distribuídos da seguinte forma:

O Capítulo I apresenta o percurso metodológico, o campo e os sujeitos da pesquisa.

O capítulo II consiste em breve resgate histórico da instituição família, a escola e sua trajetória no Brasil e a relação cotidiana entre estas instituições, bem como, suas diferentes finalidades em cada época, até os dias atuais.

No Capítulo III, apresentamos a análise dos dados e finalizamos com sugestões de estratégias para a melhoria da relação família-escola.

CAPÍTULO 1:

METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1 A ABORDAGEM

A metodologia de uma pesquisa se configura como elemento central para sua realização, visto que nela deve ser apresentado o conjunto de técnicas utilizadas na abordagem da realidade, bem como os fundamentos teóricos e, segundo Minayo (1996, p.22), “o potencial criativo do pesquisador”.

De acordo com Deslandes (apud MINAYO, 2004, p 42-43), a metodologia, “geralmente é uma parte complexa da pesquisa e deve requerer maior cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”.

O presente trabalho se constitui num estudo de campo, exploratório, numa perspectiva de abordagem qualitativa, tendo como base os fundamentos teóricos do método dialético, o que possibilita, segundo Triviños (1987, p. 125) “assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas qualidades, suas dimensões quantitativas”.

1.2 CARACTERIZANDO O ESPAÇO E OS SUJEITOS

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos, situada à Rua Paraíba, N° 240, no bairro da Liberdade, em Campina Grande-PB.

A sua estrutura física configura-se da seguinte forma:

- 5 salas de aula;
- 1 sala dos professores;
- 1 sala para os programas socioeducativos desenvolvidos na escola;
- Biblioteca;
- Sala para atendimento a pessoas com deficiência;
- Laboratório de informática;
- Secretaria;

- Sala de digitação;
- 4 banheiros para alunos, sendo 2 adaptados para aqueles com deficiência;
- 1 banheiro para funcionários;
- Cozinha;
- Despensa;
- Almojarifado;
- Pátio e área externa para recreação;

Este estabelecimento dispõe, atualmente, de 30 funcionários em sua totalidade, cujas funções são identificadas a seguir:

- A gestora e a vice;
- 14 professoras, sendo 10 em salas de aula de ensino regular, 02 no atendimento a alunos com deficiência, 01 em aulas de reforço e uma professora de educação física;
- 06 oficinairos ligados ao Programa Mais Educação (letramento, leitura, capoeira, futebol, futsal e dança);
- 02 bibliotecárias;
- 03 secretárias;
- 02 merendeiras;
- 03 auxiliares de serviços gerais;
- 03 porteiros e 02 vigilantes.

Ressaltamos que, no momento, a escola não dispõe de equipe técnica.

A situação sócio-econômica da comunidade escolar caracteriza-se pela vulnerabilidade, dificultando a vida de cada um dos envolvidos nesse contexto.

Com relação aos alunos, a escola atende neste ano de 2011, a um total de 240, divididos nos turnos manhã e tarde. Para o propósito deste trabalho, apresentamos alguns dados dos 28 alunos da turma em foco, o 5º ano, que funciona no turno da manhã.

Faixa Etária	Gênero		Nível de Leitura		
	M	F	Proficiente	Decodificador	Não lê
De 11 a 14 anos	11	17	18	8	2

1.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram realizadas entrevistas com a gestora escolar e a vice, a professora do 5° ano, bem como os pais e/ou responsáveis pelos alunos dessa turma. Outra técnica utilizada foi a observação, com vistas a adquirirmos informações pertinentes e objetivas acerca das dificuldades nessa relação.

CAPÍTULO 2:

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

2.1 FAMÍLIA: BREVE HISTÓRICO

Ao longo da história, a instituição família apresenta-se em estruturas diferenciadas no que se refere a, dentre outros aspectos, definições de papéis, comportamentos, valores e princípios que sofreram alterações concomitantemente às transformações ocorridas na sociedade com o passar do tempo.

Na antiguidade, as famílias consistiam em grupos formados por pessoas de diferentes classes e idades que viviam em comunidade. Essas pessoas advinham de diferentes famílias e, uma vez reunidas, formavam agrupamentos sociais que caracterizavam a forma de organização familiar dessa época.

Os hábitos familiares dessa época estenderam-se até à Idade Média e consistiam, sobretudo, no envio de crianças, por parte dos seus respectivos pais, à casa de outrem para aprenderem tarefas domésticas que serviriam para sua boa formação no futuro, além de contribuir no sustento da família, na garantia e manutenção de seus bens. Havia, portanto, uma organização familiar calcada na educação dos filhos através da aprendizagem com outras famílias, marginalizando os sentimentos e a afetividade nas relações familiares (entre pais e filhos).

Nessas condições, a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. A família não podia, portanto, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos [...] A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental [...] (ARIÉS, 1975, p. 231).

O final do século XV e início do século XVI, período colonial do Brasil, tiveram outra forma de organização familiar denominada patriarcal, em que a mulher tinha um papel ínfimo no cotidiano do lar, em relação à autoridade familiar, sendo esta concentrada na figura do pai. A educação das crianças era de responsabilidade dos pais que passaram a enviar os filhos para escola. A união entre marido e mulher realizava-se por interesses político-econômicos e, conseqüentemente, os relacionamentos eram bastante superficiais.

No entanto, a família começava a ser percebida na sociedade como fundamental à vivência humana, visto que, nessa época, desenvolviam-se os

sentimentos e a afetividade nas relações familiares, como aponta Ariès: “a partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam [...]” (1975, p.231). Tinha-se uma vivência familiar diferenciada da que se via anteriormente. “Assistimos aqui ao início de um sentimento que resultaria na igualdade do código civil, e que, sabemos, já havia penetrado nos costumes no fim do século XVIII. [...]” Aries (1975, p. 235).

No final do século XIX, o cenário sócio-político e econômico brasileiro passou por várias transformações. Iniciava-se um processo de expansão e crescimento industrial. Essas transformações que ocorriam na sociedade implicariam em mudanças na organização familiar patriarcal, que antecedeu esse contexto.

Emerge, pois, uma estrutura familiar herdada do modelo da família burguesa européia em que predominava o recolhimento, primando-se pela privacidade. As mulheres eram as responsáveis pela criação e educação dos filhos, enquanto os homens eram os provedores do sustento de seus lares. Trata-se do modelo de família nuclear moderna, formada por pai, mãe e filhos, que se caracterizava pela rigorosa divisão de papéis (homem e mulher) e calcado nos laços afetivos, na garantia de descendentes e na preservação do capital da família.

Uma forte característica da composição familiar é que “ela sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como, alterando sua estrutura” (SIMIONATO e OLIVEIRA, s/d).

No final do século XIX e início do século XX a sociedade é invadida pela onda industrial e tecnológica. Nesse contexto de inovações, a família nuclear entra em crise no que tange à sua estruturação, valores e comportamentos. Esse novo cenário de crescimento industrial, tecnológico e de mudanças na estruturação do mercado passa a exigir especialmente da mulher, uma nova postura na sociedade.

Trata-se, portanto, de uma redefinição de papéis em que a mulher ao inserir-se no mercado de trabalho passa a exercer novo papel no âmbito familiar, rompendo com o modelo de dona de casa, responsável única e exclusivamente pela criação e educação dos filhos, submissa ao marido e às tarefas domiciliares. O homem, por sua vez, deixa de exercer o papel de único provedor do lar.

Na década de 30, o Estado assume o papel de provedor absoluto de políticas sociais com foco no indivíduo, dispensando o mínimo de atenção à família que, nesse momento, perde seu papel de protagonista perante a sociedade.

[...] Como horizonte político, no período do afluente “Welfare State”, a proteção do Estado privilegiou o indivíduo como portador de direito e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade [...] [...] A atenção à família se tornou periférica. Quando existente, não era o alvo, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança [...] (KALOUSTIAN, 2004, p. 94 - 95).

A forma de organização familiar classificada como família moderna estende-se até os nossos dias, no entanto, apresenta-se em modalidades diferenciadas constituindo os novos moldes da família contemporânea. A constituição de um lar composto por pai, mãe e filhos, juntos por uma união matrimonial não é mais uma realidade absoluta em nossos dias.

Estatísticas referentes ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000) apontam que cerca de 20% da população do Brasil constituem famílias de 3 componentes, variando muito pouco esta porcentagem para as que são compostas de 2 a 4. Por outro lado, famílias com grande quantidade de componentes como, por exemplo, 20 membros, só existem 101 no Brasil. Em Relação ao registro civil, os dados atuais “mostram que, entre 2004 e 2005, a taxa de divórcios no Brasil passou de 1,2 para 1,3 por mil pessoas de 20 anos ou mais e atingiu seu maior patamar desde 1995. Por outro lado, aumentou também a proporção de casamentos nos quais um dos cônjuges ou ambos eram divorciados”.

Os avanços neoliberais, nos últimos anos, fomentaram as novas modalidades da família contemporânea. Um cenário de reestruturação produz a flexibilização de um mercado cada vez mais exigente e restrito, conseqüentemente, de altos índices de desemprego e da miserabilidade que assola a população vulnerável da sociedade, traz como conseqüências a desintegração familiar que está no centro dessa crise político-econômica e social que caracteriza o Brasil na atualidade.

Muitas famílias têm vivido situações especiais de risco, com doenças, desemprego, conflitos conjugais intensos, envolvimento em atividades ilícitas e problemas com a polícia, dependência de drogas, distúrbios mentais, etc, (sic) que as tornam incapazes de articular minimamente os cuidados de seus membros e por isso necessitando atenção diferenciada do Estado para garantir os direitos de cidadania das crianças, idosos e deficientes físicos ali presentes (VASCONCELLOS, 1999, p.6, apud. SIMIONATO E OLIVEIRA)

Diante do que foi apresentado, pode-se inferir que as transformações sócio-históricas ocorridas na sociedade concorreram intrinsecamente para as mudanças na organização familiar em cada período histórico mencionado. Sabemos que

A família é a primeira instituição da qual, geralmente, todo ser humano participa, sendo o primeiro grupo de forte influência sobre as pessoas, sobre seu comportamento, personalidade e suas escolhas futuras, tendo, ainda, funções de acolhimento, cuidados, educação e preparação do indivíduo para a vida em grupo. (CUNHA e SILVA, 2005, p.3)

Portanto, em meio a mudanças de valores, comportamentos e redefinições de papéis, ao longo do tempo, a família foi e continua sendo fundamental à sociedade, visto que se configura um espaço imprescindível ao desenvolvimento do ser humano no que tange à constituição de sua identidade, bem como à sua formação enquanto sujeito passível de relações sociais.

2.2 A ESCOLA E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

A escola é por excelência um espaço legítimo da aprendizagem, da formação intelectual e social dos indivíduos. Dessa maneira, entendemos que as instituições de ensino devem estar permanentemente comprometidas com as suas atribuições, visando desenvolver práticas educativas que permitam aos envolvidos no processo educativo aprender conhecimentos necessários, significativos e relevantes para as suas vidas.

Para nos referirmos historicamente à escola no Brasil, buscamos pontuar mudanças e transformações ocorridas nessa instituição desde a colonização até os dias atuais.

A história da educação no Brasil acompanhou as transformações sócio-históricas que ocorreram ao longo do tempo. Os primórdios das práticas educativas no Brasil foram calcados na educação jesuítica (período colonial), fundamentada no ensino religioso, em que valores, costumes, princípios e crenças eram transferidos para os habitantes da colônia brasileira sob forma de imposição da cultura portuguesa nessa fase de descobrimento das terras brasileiras.

A catequese dos Jesuítas foi, portanto, a base da educação nesse período de descobrimento e colonização do país, sob forte influência da Igreja. E, segundo Zotti (2004, p.16 e 19),

A educação jesuítica teve como objetivo primeiro a catequese, mas esse foi logo substituído por uma educação restrita aos filhos homens da elite, que depois concluíram seus estudos na Europa. [...] nessa segunda fase, atendeu a uma tripla função: formar padres para a atividade missionária, formar quadros para a administração do empreendimento colonial e do próprio Estado (oficiais da justiça, da Fazenda e da administração) e ainda educar as classes dominantes.

Afirma esta autora (2004, p.20) que “as normas dos colégios Jesuítas eram padronizadas e foram oficialmente publicadas em 1599 no Ratio Studiorum. Esse plano de estudos levou 59 anos para ser elaborado, o que possibilitou uma grande experiência e larga discussão até ser publicada”.

Nos séculos XVII e XVIII não havia uma preocupação com a educação direcionada a todos, pelo contrário, via-se uma atenção exclusiva apenas para a camada dominante da população.

Ainda nesse momento histórico da educação brasileira surgem os dois primeiros cursos, sendo estes o elementar e o de humanidades, onde

O ensino elementar era costumeiramente oferecido pela própria família e reforçado nos colégios, evidentemente para os filhos dos nobres. [...] O curso de humanidades foi o que teve maior difusão na Colônia e objetivava preparar o aluno para a “a arte acabada da composição e da escrita”, desenvolvendo uma expressão perfeita” (FRANCA, 1986,p.22, apud. ZOTTI, 2004)

Desde a colonização até o final do século XVIII os Jesuítas permanecem à frente da educação no Brasil até 1759, quando são expulsos. A esse respeito, ZOTTI (2004, p. 25 e 26) explica que

Os Jesuítas permanecem responsáveis pela educação no Brasil até 1759, quando são expulsos de Portugal e conseqüentemente, do Brasil. Foram 210 anos de educação jesuítica que são interrompidos bruscamente, a partir das reformas feitas em Portugal pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello), então ministro de D. José I. Pela primeira vez o estado passa a orientar os rumos da educação, objetivando substituir a escola que servia aos interesses da fé pela escola útil aos fins do Estado.

Em meados do século XIX, a educação passou a ser privilégio de uma minoria sob exigência da monarquia portuguesa que restringiu o ensino às elites governantes e aos militares. Nessa época, o índice de analfabetismo no país era alarmante. “[...] Ao final do Império, o país tinha cerca de 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram analfabetos.” (GADOTTI, 2000, p. 26).

Esse modelo educacional brasileiro permaneceu durante o século XIX sendo que no final deste e início do século XX, pela primeira vez, foram questionadas as práticas educativas elitistas estabelecidas no Brasil Império. E foi a partir da Primeira República (1889-1930) que se iniciaram algumas mudanças práticas na educação do país, como por exemplo, a instituição da laicidade nos estabelecimentos de ensino público e ainda a emergência das idéias liberais no contexto educacional brasileiro como aponta Gadotti (2000, p.26):

Nos primeiros 20 anos deste século, inspirados nos ideais liberais, na crença do poder da educação, considerando a ignorância do povo como a causa de todas as crises do país, os sucessivos governos criaram numerosas escolas Normais de formação de professoras primárias. Nesse período, surgiu o movimento cívico-patriótico, associado ao nome de Olavo Bilac, que postulava o combate ao analfabetismo.

No decorrer do século XX, até meados dos anos 70, o modelo educacional do país adquiriu várias faces à medida que foram surgindo as mais variadas demandas no cenário sócio-político e econômico brasileiro. “[...] a escola burguesa (anos 10), educação elementar (anos 20 e 30), escolas secundárias (anos 40 e 50), do ensino superior (anos 60 e 70) [...]”. (CIAVATTA, 2002, p. 95).

Durante esse período de transição de paradigmas educacionais, ocorreram mudanças significativas nesse âmbito, no país, que foram desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), na década de 20, até o surgimento da Escola Nova (década de 30), acompanhados de diversas reformas educacionais. Dentre essas reformas, destacam-se: a emergência do ensino profissionalizante, na década de 30; a criação do primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na década de 40; as reformas do ensino básico e ensino superior, nas décadas de 60 e 70 bem como a criação do Movimento Nacional de Alfabetização - MOBRAL, nesse período.

Os anos 80 foram marcados por mudanças importantes para a educação no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se estabeleceu a universalização dos direitos sociais. A educação constituiu-se direito de todos e dever do Estado, fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Pela Constituição de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. O ensino deve ser ministrado levando em conta o a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, o pluralismo da idéias, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais do ensino, a gestão democrática e o padrão de qualidade. (GADOTTI, 2000, p. 28).

Tais mudanças, apesar de importantes não foram suficientes e deixaram várias lacunas no tocante à qualidade de ensino e melhores investimentos no âmbito educacional por parte dos governantes. E, conseqüentemente, no decorrer dos anos 90 dados alarmantes sobre evasão escolar e repetência foram constantemente divulgados. Esses dados foram fomentados pelo avanço neoliberal em detrimento do desmonte dos direitos sociais, inclusive da educação.

No início da década de 90, devido à evasão e à repetência, apenas 44% dos alunos terminavam as oito séries do ensino fundamental e para isso, eram necessários 11,4 anos em média para concluí-los; apenas 3% concluíam a oitava série sem nenhuma repetência; 65% dos alunos terminavam só a quinta série [...] (GADOTTI, 2000, p.28).

Desde o final da década de 90 até os dias atuais, em meio a vários programas e projetos sociais direcionados ao campo da educação, pode-se perceber uma fragmentação das políticas educacionais, implicando na defasagem do ensino público que vai desde a deficiência no tocante aos incentivos para os profissionais da área, especialmente para os professores, até as péssimas condições estruturais dos estabelecimentos de educação pública em todos os níveis governamentais.

As políticas para a educação são colocadas em cheque quando o Estado é obrigado a adequar-se aos ajustes da política neoliberal. Há, portanto, uma marginalização dos investimentos no campo educacional que se torna periférico aos olhos do Estado em seus três campos de gestão - federal estadual e municipal.

Ocorre, pois, um choque de responsabilidades entre as três esferas de governo que acaba por desencadear o conflito entre a educação pública e privada, uma vez que as lacunas deixadas com o “empurra-empurra” de deveres entre os governos são supridas pelo poder privado que passa a “oferecer” alternativas à sociedade.

As deficiências que permeiam as políticas para a educação do Brasil atingem, portanto toda a sua conjuntura educacional, corpo docente e discente, escola e família, implicando na defasagem do sistema educacional brasileiro o que coloca em questão a estabilidade de duas instituições que se configuram pilares da sociedade: a escola e a família, das quais trataremos com mais ênfase, a seguir.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

A família e a escola estão intimamente ligadas no dever de educar e formar os sujeitos que as integram. Nessa perspectiva, é importante refletir a relação cotidiana entre ambas e as suas atribuições visando assumir de fato o papel que cada uma representa na sociedade. Assim,

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à (sic) escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. A participação da família deve se firmar no auxílio à atuação pedagógica escolar, ou seja, uma continuidade de coerência entre as atuações da escola e da família. Os pais devem acolher os filhos e ajudá-los, não apenas nas tarefas escolares, mas de toda a vida. É preciso abrir o coração. (REIS, 2007, p. 6)

Essa relação firma-se na sensibilização e ação por parte de todos os envolvidos no processo educacional, buscando uma parceria que deve ser pautada no respeito mútuo, na responsabilidade e na confiança. Segundo Cunha (2000, p. 447),

[...] Família e escola são instituições sociais que gravitam em torno de um mesmo centro, o educando, seja ele criança ou jovem ou, em alguns casos, adulto - o ser educável, o indivíduo que se desenvolve da infância à maturidade, o ser social envolvido nas tramas culturais e políticas de seu meio.

O cotidiano escolar tem apresentado situações inquietantes que, muitas vezes, fogem ao alcance de resolução por parte, unicamente, dos que fazem a escola. São conflitos que merecem a atenção necessária de outras instâncias, como por exemplo, a família, visando à melhoria dessa relação. Nessa perspectiva, percebemos que não existe nem escola e nem família ideal, ambas possuem suas

particularidades e dependem uma da outra. Neste sentido, Cunha (2000. p.464) esclarece:

O que fica cada vez mais claro, para todos, atualmente, é que não existe a família tal qual idealizada pela escola, a família cientificamente orientada, extensão dos laboratórios médicos e psicológicos. E que não existe também a escola idealizada por pais e educadores, agência onipotente capaz de formar personalidades segundo altíssimos padrões científicos. O que temos é uma instituição que perde, a cada dia que passa, aquela aura de instância salvadora, incontestável em seus afazeres educacionais. A escola já não consegue cumprir suas metas socializadoras e normalizadoras, se é que um dia cumpriu.

Entretanto, sabemos que, desde os primórdios da instituição escola até os dias atuais, as práticas educacionais estabelecidas são, muitas vezes, pautadas nos interesses de uma minoria, e a grande maioria acaba desassistida. Esse fato faz com que os problemas se avolumem, dificultando a relação entre as instituições de ensino e a família.

Sabemos também que a escola e a família possuem atribuições diferentes na educação dos alunos/filhos. Nessa perspectiva, destacamos que, atualmente, as referidas instituições estabelecem uma relação conflituosa, uma vez que as funções que lhes cabem estão sendo, em grande parte, invertidas ou simplesmente negligenciadas.

Importa ressaltar, ainda, que os problemas sociais não são os únicos responsáveis pelas dificuldades existentes na relação supramencionada. Escola e família, muitas vezes, assumem uma postura equivocada, transferindo uma à outra alguma de suas responsabilidades, dificultando essa relação.

Por outro lado, as instâncias governamentais designadas para intervir nessa relação nem sempre atuam a contento, justificando-se com base nas condições de trabalho que lhes são proporcionadas, a exemplo dos Conselhos Tutelares.

Diante do exposto, entendemos que a relação entre a família e escola precisa ser (re)construída com base na confiança e na responsabilidade. Nesse sentido, cabe à escola desempenhar bem a sua função de proporcionar ensino de boa qualidade, garantindo a efetiva aprendizagem dos alunos, e à família os ensinamentos de vida, conscientes de que uma necessita da outra nesse processo de educação.

CAPÍTULO III

DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE MELHORIA NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

3.1 O QUE DIZ A GESTÃO ESCOLAR NA SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

Tomando como referência para análise dos dados coletados, autores citados anteriormente neste trabalho, retomamos o foco da pesquisa sobre a relação família-escola, especificamente a turma do 5º ano, do turno da manhã, de uma escola pública em Campina Grande.

No intuito de melhor compreender como se dá essa relação, iniciamos a análise com a apresentação das pessoas que fazem a gestão da escola.

A gestora tem 65 anos de idade. Licenciou-se em Estudos Sociais, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 1981. Já atuou como professora e está na gestão desta escola há 18 anos, à qual vem sendo reconduzida, nos últimos dez anos, por meio de processo eleitoral. Durante todo o período em que mantivemos contato direto com a instituição, percebemos sua total dedicação às atividades administrativas, cuidando do bom funcionamento da escola e, também, uma especial atenção à dimensão humana nas relações interpessoais.

A vice-gestora não revelou a idade. É licenciada em Pedagogia, também pela UEPB, com conclusão no ano de 1991. Já atuou como professora, função que desempenhava com compromisso. Está na gestão há 5 anos.

Ambas afirmaram estarem satisfeitas com a função que exercem, mesmo diante das dificuldades, sendo que a gestora declarou ainda ter algo a contribuir, por isso permanece na função, mesmo podendo já estar aposentada.

Com relação ao questionamento sobre o que deve ser responsabilidade da família na sua relação com a escola, obtivemos as seguintes respostas:

“A atribuição da família, de responsabilidade, é essencial e ... não temos a contribuição dessas famílias ... e os problemas familiares interferem nessa relação”.

(Gestora)

“A família precisa participar mais da vida escolar dos seus filhos”. (Vice-gestora)

As respostas se resumem às responsabilidades que as famílias dos alunos precisam ter, no entanto, não são explícitas quais atribuições, de fato, devem ser assumidas por elas.

Sabemos que muitas são as dificuldades enfrentadas pela escola, porém, faz-se necessário destacar quais ações, segundo a gestão, são promovidas para manter uma efetiva relação com as famílias de seus alunos. De acordo com a gestora, são promovidos: *“Encontros, datas comemorativas, trabalho de conscientização, capacitações e atividades com a professora de educação física, dia de lazer e ações do PDE voltadas para as famílias”*.

Já a vice-gestora, afirma: *“Promove reuniões e diálogo contínuo com a família”*.

Diante desses relatos, percebemos que família e estabelecimento de ensino necessitam de maior entrosamento, com participação mais efetiva da família, pois, como lembra Cunha (2000, p.447), *“A família e a escola gravitam em torno de um mesmo centro, o educando, seja ele criança ou jovem [...]”*

Com relação aos entraves percebidos pela gestão, nesta relação, as gestoras assim se expressam:

“A família matricula e não acompanha os seus filhos” (Gestora)

“Dificuldade de trazer os pais para a escola” (Vice)

A partir dessas respostas, poderíamos ainda indagar se a escola tem cumprido de fato com as suas atribuições, pois, muitas vezes, ela acredita estar desenvolvendo corretamente a sua função e, no entanto, os entraves estão centrados nessa certeza equivocada. É preciso não esquecer que *“A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará” [...] (REIS, 2007, p.6).*

É importante compreendermos que família e escola têm suas limitações e, de acordo com suas realidades, muitas vezes não exercem o papel que é de sua competência. Além disso, os problemas socioeconômicos interferem na estrutura familiar e, conseqüentemente, na escola. Segundo Cunha (2000, p.464),

O que fica cada vez mais claro, para todos, atualmente, é que não existe a família tal qual idealizada pela escola, a família cientificamente orientada, extensão dos laboratórios médicos e psicológicos. E que não existe também a escola idealizada por pais e educadores, agência onipotente capaz de formar personalidades segundo altíssimos padrões científicos. O que temos é uma instituição que perde, a cada dia que passa, aquela aura de instância salvadora, incontestável em seus afazeres educacionais. A escola já não consegue cumprir suas metas socializadoras e normalizadoras, se é que um dia cumpriu.

Referindo-se às sugestões para a melhoria dessa relação, a gestora apela para que outros órgãos ajudem a escola a solucionar os grandes problemas que atrapalham a sua relação com a família. Em suas palavras:

“Não só a escola, mas a Secretaria de Educação se incluisse nessa parceria ... Ministério Público ... para facilitar a convivência, devido aos grandes problemas que existem e que interferem nessa relação. Estamos pedindo socorro!”

Entendemos que a resolução de muitas situações problemáticas foge ao alcance da escola e que, nesses momentos, se faz necessário recorrer a outros órgãos competentes que, de alguma maneira, colaborem para minimizar as angústias que impedem o desenvolvimento das atividades escolares. No entanto, entendemos, também, que cabe à escola a iniciativa de sistematizar formas de envolver a família a fim de tê-la como parceira no projeto educativo dos alunos. É nesse sentido que a vice-gestora se pronuncia: *“Sugiro palestras, momentos de integração para que os pais se envolvam mais.”* Logo, ela demonstra vislumbrar possibilidades de melhoria na relação família-escola.

3.2 A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA DO PONTO DE VISTA DA PROFESSORA

A professora da turma tem 52 anos de idade. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela UEPB, em 2007, exerce a profissão há 24 anos, atua na escola como professora há 4 anos, em turmas de 5º ano, no turno da manhã.

Inicialmente, lhe indagamos se está satisfeita com a profissão que exerce e pedimos que justificasse sua resposta. De pronto, ela respondeu: *“Sim. Por que me realizo com o que faço. Adoro ser professora”*.

De acordo com a afirmação da docente, percebemos a sua satisfação com relação à função que exerce, o que foi possível confirmar durante o período de nossas observações, quando a professora se manifestou aberta a mudanças, buscando sempre o compromisso de ensinar e, sobretudo, a convicção de que

precisa permanecer estudando e se atualizando, a fim de obter a melhoria do seu trabalho. Consideramos importante essa atitude da professora, pois “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações” (TARDIF, 2002, p.36).

Com relação às atribuições da família, a professora mencionou a *“responsabilidade no acompanhamento da aprendizagem”*, com o que concordamos, uma vez que, cabendo à escola ensinar, importa a contribuição dos pais e/ou responsáveis pelos alunos no acompanhamento desse processo, no sentido de cobrar dos filhos o cumprimento de seus deveres de estudante.

Sobre as ações promovidas pela escola para estabelecer e manter uma efetiva relação com as famílias dos seus alunos, a resposta da professora nos surpreendeu: *“Nenhuma”*.

Além disso, ao responder nosso questionamento acerca de quem seria responsável pelos entraves nesta relação, ela declarou: *“A gestão”*.

Percebemos, portanto, que, para a professora, o problema não está na família, como foi indicado pela gestão. E, para a melhoria da relação família-escola, ela sugere:

“Reuniões frequentes com temas a serem debatidos com o objetivo de mostrar a importância da família no acompanhamento e envolvimento da família com a escola e a aprendizagem dos alunos”.

Além dos relatos, é válido destacar também que, durante nossas observações, vimos que apenas questões burocráticas e de comportamento dos alunos são discutidas nas reuniões, encontros, ou mesmo quando os pais chegam à escola para deixarem seus filhos. Sendo assim, entendemos que é preciso rever as práticas desse estabelecimento de ensino, no que se refere à sistematização das formas de envolver a família do aluno no seu projeto pedagógico.

3.30 PONTO DE VISTA DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

As entrevistas realizadas com 20 dos 28 pais e/ou responsáveis pelos alunos foram de grande importância para a nossa pesquisa, porque nos proporcionou conhecer o ponto de vista do outro pólo da relação.

Apresentamos, inicialmente, alguns dados que consideramos relevantes na caracterização dos entrevistados, como seguem nas tabelas abaixo:

TABELA 1- Idade dos pais e/ou responsáveis

IDADE	NÚMERO DE PESSOAS
30-40	15
41-50	4
Mais de 60	1
TOTAL	20

Consideramos que os entrevistados encontram-se numa faixa etária propícia para criar e educar um filho, por não se tratar de pessoas muito jovens, esperando-se delas certo grau de maturidade. Dessa forma, entendemos que a idade não pesaria como fator que dificultasse a relação família-escola.

Na nossa pesquisa, identificamos, também, o grau de parentesco que os indivíduos entrevistados têm com os alunos.

TABELA 2 – Grau de parentesco dos responsáveis com os alunos

PARENTESCO	NÚMERO DE PESSOAS
Genitor	1
Genitora	17
Avó	2
TOTAL	20

Vemos que, dos entrevistados, as genitoras constituem a maioria dos responsáveis pela vida escolar dos alunos. Nesse sentido, diante dos problemas existentes nessa relação, poderíamos entender que as responsabilidades para a mãe são diversas dificultando, muitas vezes, o acompanhamento dos filhos em casa e na escola, assim [...] “se o filho tem problemas de disciplina na escola, a mãe pensa: onde foi que eu errei. A mãe continua transferindo para si toda a responsabilidade de educar seus filhos, e o pai não se sente cobrado da mesma maneira”. (SUTTER, 2007 p. 01).

Buscando informações sobre o grau de escolaridade dos pais e/ou responsáveis, obtivemos o seguinte:

TABELA 3 – Grau de escolaridade dos pais e/ou responsáveis

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PESSOAS
Não estudou	4
Fundamental I Incompleto	1
Fundamental I	5
Fundamental II Incompleto	3
Fundamental II	5
Médio	2
TOTAL	20

Diante dos avanços na educação nos últimos tempos, é surpreendente o baixo nível de escolaridade encontrado no grupo de pais/responsáveis entrevistados.

Vários são os motivos que fazem com que, ainda hoje, haja pessoas que não freqüentaram ou não permaneceram na escola, destacando os problemas de ordem socioeconômica. Dessa maneira CURY (2002, p.179) classifica [...] “a extrema desigualdade socioeconômica que atende pelo nome de pobreza ou de miséria [...] como geradora das dificuldades próximas que afetam o desempenho intra-escolar dos alunos”.

Na tabela abaixo, podemos perceber que a maioria dos pais/responsáveis trabalha fora de casa.

TABELA 4 – Contexto profissional dos pais e/ou responsáveis

CONTEXTO PROFISSIONAL	NÚMERO DE PESSOAS
Trabalha fora de casa	13
Atividades do lar	6
Aposentada	1
TOTAL	20

Como apresentamos na tabela anterior, a maioria dos responsáveis pela criação e educação dos seus filhos são as genitoras, as quais afirmaram, como mostra a tabela 4, trabalhar fora de casa. Nessa perspectiva, no que tange às necessidades básicas de um lar, são notórias as modificações na estrutura familiar nos dias atuais. Nesse contexto, afirma Medeiros (2002, p.10):

Em decorrência dessas transformações, o tipo de família assentado na divisão dos papéis sexuais homem- provedor e mulher-dona-de-casa entrou em crise a partir das três últimas décadas. Atualmente, já não ocorre mais a separação entre as esferas pública e privada na vida da maior parte das mulheres. Elas estão cada vez mais integradas ao espaço público na qualidade de trabalhadora extradomiciliar, de co-provedora ou de provedora do grupo familiar. A crise verificada nesse tipo de família correspondeu, em grande medida, à rápida e profunda mudança cultural levada a efeito nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A relação com a família dos alunos deve ser pautada na confiança e respeito mútuo, como já mencionamos anteriormente. Quanto a este aspecto, ao indagarmos os pais e/ou responsáveis sobre o grau de satisfação com a instituição de ensino em que os filhos estudam obtivemos os seguintes dados:

TABELA 5 – Grau de satisfação dos pais/responsáveis com a escola

GRAU DE SATISFAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
Satisfeitos	16
Pouco satisfeitos	1
Insatisfeitos	0
Muito satisfeitos	3
TOTAL	20

Diante dos resultados obtidos, verificamos que a maioria está satisfeita com o trabalho desenvolvido pela escola. No entanto, a partir da pesquisa realizada nesta instituição podemos afirmar que existem discordâncias no que se refere aos horários em que acontecem as reuniões ou eventos em que a família precisa estar presente. Houve queixas com relação à postura da gestão frente às questões familiares, uma vez que ela tem conhecimento da existência do problema, no entanto, não há propostas de como auxiliar essas famílias a minimizar as várias dificuldades que permeiam o contexto da relação família-escola.

Destacamos, a seguir, as sugestões apresentadas pelos pais/responsáveis para a melhoria dessa relação:

1. Possibilidade de mudança no horário das reuniões;
2. Buscar melhorias no tocante ao fator segurança interna no espaço escolar;
3. Momentos de integração em horários convenientes;
4. Reuniões com temas que auxiliem os pais na educação de seus filhos;
5. Melhoria na relação direta do professor com a família dos alunos;

3.4 SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Nos dias atuais a instituição família configura-se o foco de estudo de muitos profissionais das mais diversas áreas de conhecimento devido, especialmente, às várias modalidades que esse espaço de convivência dos sujeitos vem apresentando nos últimos anos.

A necessidade da efetivação de uma relação salutar entre família e escola reside, principalmente, no fato de que a escola atua diretamente na formação dos alunos como pessoa e profissional, tornando-se, pois, o segundo mais importante ambiente de socialização e desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se de uma parceria imprescindível entre família e escola que deve acontecer de maneira concomitante no centro desta relação.

A escola configura-se um ambiente de novas descobertas e aprendizagens na vida dos sujeitos. Tais descobertas vão desde o primeiro contato com as letras até a possibilidade de criar e apresentar um trabalho científico, por exemplo. E os professores possuem uma função primordial de mediadores nesse contexto de aprendizagem, interação e novas experiências.

A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, atitudes, que são passíveis de interpretação e decisão que possuam, geralmente, um caráter de urgência. Essas interações são mediadas por diversos canais: discurso, comportamentos, maneiras de ser, etc. (TARDIF, 2002, p. 49-50).

Nesse espaço o/a aluno/a deve aprender, também, a conviver e respeitar as diferenças de pensamentos e a questionar a realidade que lhe cerca, sabendo dos grandes desafios que existem. Ambos os espaços (família e escola) possuem um papel importante no avanço ou retrocesso dos sujeitos nesse aspecto, pois são, ou devem ser referências no tocante ao desenvolvimento humano.

A escola, portanto, deve e necessita levar em consideração a vida familiar dos alunos, assim como a família deve estar atenta ao cotidiano escolar de seus filhos.

Família e escola são pontos de apoio e sustentação do aluno; são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na relação e, conseqüentemente, na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente.

A escola e a família são responsáveis diretas na educação dos sujeitos para a vida, na sua formação para o exercício de sua cidadania, conscientizando-os no tocante aos seus direitos e deveres, transformando as crianças de hoje, nos cidadãos conscientes e críticos de amanhã, dotados de princípios e valores e (re) construtores de sua própria história. Vida familiar e escolar são simultâneas e complementares. (SANTOS, 2007 p. 01).

Para que aconteça essa simultaneidade e complementaridade entre vida familiar e escolar, apresentamos, a seguir, algumas sugestões de estratégias para a melhoria dessa relação na escola campo da pesquisa:

1. Concluir e executar o Projeto Político-pedagógico (cuja elaboração teve início em 2010), levando em consideração as dificuldades presentes na relação família-escola;
2. Realizar, no início do ano letivo, uma reunião que apresente aos pais a programação anual das atividades pedagógicas e como se dará a participação deles nessas atividades;
3. Promover oficinas envolvendo temas voltados para a relação família-escola;
4. Elaborar uma ficha para registrar dados significativos e relevantes (tipo anamnese) para conhecer melhor o aluno e sua família;
5. Manter, efetivamente, uma parceria com outras instâncias que possam dar apoio à escola no processo educativo, uma vez que a escola não poderá educar sozinha. Por exemplo: Conselhos Tutelares, Ministério Público, Clube de Mães;
6. Elaborar pautas de reuniões com objetividade e cumpri-las, tanto as de pais quanto as pedagógicas e administrativas;

Diante das sugestões supramencionadas, sugerimos, também, a construção de projetos de ensino pertinentes para que todas as turmas os desenvolvam, de acordo com o nível de aprendizagem de cada turma. Dessa forma, toda a escola poderá envolver a família com naturalidade no processo educacional da instituição, de forma que os pais e/ou responsáveis acompanhem melhor seus filhos na vida escolar.

Em suma, com base nos estudos realizados, a partir das observações e entrevistas, reiteramos que este trabalho será de grande valia para a melhoria da relação família-escola, uma vez que, a partir da análise dos dados e das sugestões, poderá haver uma reflexão que leve às intervenções que se fizerem necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tratamos da relação família-escola, enfatizando o que gera dificuldades nessa relação, bem como as estratégias sugeridas e encontradas para superá-las. Este estudo foi realizado por meio de observações do cotidiano escolar, de entrevistas feitas a uma professora, à gestão e a pais/responsáveis pelos alunos do 5º ano de uma escola da rede estadual em Campina Grande-PB.

As respostas apresentadas mostraram o ponto de vista dos entrevistados sobre a relação família-escola, indicando ações promovidas pela escola para manter uma efetiva relação com as famílias, os entraves que interferem nesta relação e as sugestões para a melhoria.

No que se refere à relação família e escola, percebemos que família e escola necessitam de maior entrosamento, com participação mais efetiva da família. Quanto às ações promovidas pela escola, segundo a gestão escolar, são realizadas reuniões e diálogo contínuo com a família, encontros, festejos de datas comemorativas, são feitos trabalhos de conscientização, capacitações, atividades com orientação da professora de educação física, dia de lazer e ações do PDE voltadas para as famílias.

Os pais-responsáveis, numa posição de conformismo, afirmam que a escola realiza momentos que envolvem a família. A professora da turma afirma que não há nenhuma ação promovida pela escola que permita estabelecer uma relação salutar.

Não podemos desconsiderar que a instituição de ensino apresenta suas propostas para que aconteça a relação família-escola, o que pode ocorrer de maneira equivocada devido à falta de planejamento.

Como estratégias utilizadas para resolver as dificuldades na relação família e escola, a gestão declarou que a resolução de muitas situações problemáticas foge ao alcance da escola e que, nesses momentos, se faz necessário recorrer a outros órgãos competentes que, de alguma maneira, colaborem para minimizar as angústias que impedem o desenvolvimento das atividades escolares.

No entanto, entendemos, também, que cabe à escola a iniciativa de sistematizar formas de envolver a família a fim de tê-la como parceira no projeto educativo dos alunos. Já a professora da turma, sugere reuniões frequentes com temas a serem debatidos com o objetivo de mostrar à família a sua importância no acompanhamento e envolvimento com a escola e a aprendizagem dos filhos. As

sugestões de estratégias para a melhoria da relação família-escola se resumem a mudança de horários das reuniões, de forma que os pais que ainda não participam possam estar presentes.

Tendo em vista a questão norteadora deste estudo e levando em conta a complexidade da temática que escolhemos como objeto de pesquisa, ressaltamos que as dificuldades na relação família e escola estão relacionadas, muitas vezes, aos entraves familiares e às propostas equivocadas apresentadas no cotidiano escolar. Os estudos nos revelam que se trata de um problema que compromete o ensino e a estrutura da família e como tal, deve ser pensado e discutido por todos. Salientamos que, antes de se iniciar qualquer mudança nessa relação, reflita-se como está a situação e quais as possibilidades de modificar a partir das sugestões de estratégias para a melhoria dessa relação, fazendo as alterações necessárias, levando em consideração a realidade em que estão inseridos.

Partindo desse pressuposto, pretendemos que o nosso trabalho possa subsidiar os profissionais e estudantes que atuam na área em foco, bem como o público em geral que deseje pesquisar sobre o tema ora analisado.

Vale ressaltar que a construção de conhecimento implica na descoberta de novos elementos, os quais necessitarão de uma nova abordagem/análise, uma vez que a realidade é sempre dinâmica e, conseqüentemente, o conhecimento inesgotável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S. D. **A criança na família e na sociedade**. 2 ed. Petrópolis:Vozes,1985.

ÁRIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro:LTC, 1975.

CIAVATTA, M. A construção da Democracia Pós-ditadura Militar. In: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CUNHA; SILVA. **Representações sociais da família para um grupo de professores**.

CURY, R.J.C. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes. Lei nº8. 069, de 13 de julho de 1990. 6 ed. Brasília, 2005.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

KALOSTIAN, S. M. (org). **Família Brasileira**: a base de tudo. 6 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2004.

MEDEIROS, M. G. L. **Novos arranjos familiares**: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. Disponível em: [http:// www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br). Acesso em: 12/11/11

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, 2004.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

REIS, R.P. **Relação família e escola**: uma parceria que dá certo. Jornal Mundo Jovem, São Paulo, ano 45, n.377. Fev.2007.

SANTOS, Maria Rodrigues Di. **Família e escola: uma relação de ajuda**. Disponível em: www.centrorefeeducacional.com.br. Acesso em: 10.11.11

SIMIONATO, M.A.W., OLIVEIRA, R.G. **Funções e transformações da família ao longo da História**. Disponível em
<<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf> > Acesso em 24/03/2011.

SZYMANZKI, H. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2007.

SUTTER, G. **Refletindo sobre a relação família e escola**. Disponível em: www.webartigos.com/articles. Acesso em 12/11/11.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZOTTI, S.A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores associados; Editora Plano, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORA

Pesquisa: O que dificulta a relação entre a escola e a família dos alunos?

Pesquisadora: Eliane Bezerra Victor

Equipamento: folhas de papel ofício, tamanho A-4, contendo cópias dos questionários e lápis;

Local: dependências da escola-campo da pesquisa

ROTEIRO

Idade: _____

1. Qual a sua formação acadêmica? Onde? Ano de conclusão.

2. Há quantos anos exerce a profissão?

3. Há quanto tempo atua nesta escola? E em que turmas?

4. Está satisfeita com a profissão que exerce? Justifique.

5. Para você, o que deve ser atribuição da família na relação com a escola?

6. Quais as ações promovidas pela escola para estabelecer e manter uma efetiva relação com as famílias de seus alunos? _____

7. Quais os principais entraves nesta relação?

8. O que você sugere para a melhoria dessa relação?

APÊNDICE B
ENTREVISTA – DIRETORA E VICE

Pesquisa: O que dificulta a relação entre a escola e a família dos alunos?

Pesquisadora: Eliane Bezerra Victor

Equipamento: folhas de papel ofício, tamanho A-4, contendo cópias dos questionários e lápis;

Local: dependências da escola-campo da pesquisa

ROTEIRO

Idade: _____

1. Qual a sua formação acadêmica? Onde? Ano de conclusão.

2. Já atuou como professora? Há quanto tempo está na direção desta escola?

3. Está satisfeita na função que exerce? Justifique.

4. Para você, o que deve ser atribuição da família na relação com a escola?

5. Quais as ações promovidas pela escola para estabelecer e manter uma efetiva relação com as famílias de seus alunos? _____

6. Quais os principais entraves nesta relação?

7. O que você sugere para a melhoria dessa relação?

APÊNDICE C
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS/RESPONSÁVEIS

Pesquisa: O que dificulta a relação entre a escola e a família dos alunos?

Pesquisadora: Eliane Bezerra Victor

Equipamento: folhas de papel ofício, tamanho A-4, contendo cópias dos questionários e lápis;

Local: dependências da escola-campo da pesquisa

ROTEIRO

Idade: _____ Parentesco com o aluno: _____

1. Estuda ou estudou? Até que série?

2. Quem reside em sua casa?

3. Trabalha fora de casa? Em quê?

4. Está satisfeito com esta escola?

5. Para você, o que deve ser responsabilidade da família na relação com a escola?

6. Quais as ações promovidas por esta escola para estabelecer e manter uma efetiva relação com as famílias de seus alunos?

7. Quais os principais entraves nesta relação?

8. O que você sugere para a melhoria dessa relação?
